



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

-
-
-
-

Formatados: Marcadores e numeração

PARECER

Projeto de Lei nº ~~2003, DEde 2003-3, de 1999~~, que
“Estabelece critérios para exploração de áreas de Reserva Legal e dá outras providências” ~~Concede isenção do imposto sobre produtos industrializados (IPI) na aquisição de caminhões por transportador autônomo de carga”.~~

AUTOR: ~~Deputado-~~ RICARTE DE FREITAS ~~SILAS~~
~~BRASILEIRO~~

RELATORA: ~~Deputado-~~ JOÃO MAGALHÃES ~~VEDA~~
CRUSIUS ARMANDO MONTEIRO NETO

APENSOS: Projetos de Lei L's nº nos 5-51, de 1999; 760, de 1999; 1.422, de 1999; 7.095, de 2002; 782, de 2003; 1.700, de 2003 e 1.770, de 2003.

I- RELATÓRIO

O projeto de Lei nº 2003, de 2003, de autoria do nobre Deputado Ricarte de Freitas estabelece critérios para exploração ~~de~~ áreas de Reserva Legal, a qual poderá ser realizada de forma direta, ou indireta, pelo proprietário ou possuidor do imóvel cuja área esteja regularmente averbada no Registro de Imóveis (Art. 2º).



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

Na forma da proposição (Art. 4º, I), a exploração econômica compreende:

- a) visitação com objetivos turísticos e educacionais;
- b) a pesquisa científica;
- c) a educação ambiental;
- d) a certificação ambiental;
- e) o uso da imagem;
- f) a comercialização dos produtos e subprodutos oriundos da exploração;
- g) outras atividades lucrativas aprovadas no plano de manejo.

~~(Art. 4º inciso I).~~

~~a)~~

~~Adiante (Art. 5º), a~~

~~O PL nº 3, de 1999, e o Projeto de Lei apensado de nº 782, de 2003, estabelecem a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI — incidente nas aquisições de caminhões classificados dentro da posição 8704 da Tabela de Incidência do IPI (Veículos Automóveis para Transporte de Mercadorias) realizadas por transportadores autônomos de carga, em exercício da atividade profissional, mediante reconhecimento pela Secretaria da Receita Federal dos requisitos previstos em lei. As Proposições asseguram, ainda, a manutenção e utilização do crédito de IPI relativo a matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem aplicados na industrialização dos referidos produtos.~~

utoriza a União a participar, diretamente, ou por intermédio das agências de fomento, com o aporte de recursos financeiros, técnicos, humanos, equipamentos e infra-estrutura, nos empreendimentos destinados -à exploração de áreas de Reserva Legal, que objetivem o desenvolvimento do meio rural, das técnicas de exploração econômica do meio ambiente e do bem estar das populações interioranas. Conforme Na forma do § 2º, do Art. 5º “As condições oferecidas pela União e pelas agências de fomento para os efeitos de exploração das áreas de Reserva Legal deverão ser estabelecidas mediante contratos, convênios ou outros instrumentos congêneres, observando-se:

- a) a isenção de juros;



b) a flexibilização de prazos para execução e pagamento; e

c) a prestação de apoio técnico permanente.”

A Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em reunião ordinária realizada em 18 de maio de 2005, rejeitou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 2003/2003.

~~O Projeto de Lei nº 51, de 1999, dispõe sobre a redução do IPI para a aquisição de veículos de transporte de mercadorias (caminhões) por pessoas físicas que exerçam a atividade de caminhoneiro e, também, para as pequenas empresas participantes do SIMPLES. A redução proposta deverá ser proporcional à redução concedida pelos Estados e Distrito Federal no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).~~

~~Já o Projeto de Lei nº 760, de 1999, estabelece a isenção do IPI incidente sobre veículos automotores para transporte de mercadorias, de capacidade máxima até cinco toneladas, classificados no código NCM 8704.21 da Tabela de Incidência de IPI, quando adquiridos por profissionais autônomos ou microempresários, para utilização exclusiva em sua atividade. A Proposição assegura, ainda, a manutenção e utilização crédito do IPI relativo a matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem aplicados na industrialização dos referidos produtos.~~

~~O Projeto de Lei nº 1.422, de 1999, por seu turno, determina a isenção do IPI incidente sobre caminhões classificados na posição 8704 da Nomenclatura Comum do Mercosul, quando adquiridos por motorista profissional autônomo que comprovadamente exerça o transporte de carga pelo prazo mínimo de dois anos. A Proposição apenas assegura, ainda, a manutenção e utilização crédito do IPI relativo a matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem aplicados na industrialização dos referidos produtos.~~

~~O Projeto de Lei nº 7.095, de 2002, determina a isenção abrangente do imposto sobre produtos industrializados incidente sobre os caminhões de carga, de qualquer porte, que transportam mercadorias nas rodovias brasileiras.~~



O Projeto de Lei nº 1.700, de 2003, altera o art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para incluir no rol de isenções os motoristas profissionais autônomos de veículos rodoviários que exerçam comprovadamente por um período superior a três anos, em caminhão próprio, atividades de condutores autônomos de transportes rodoviários de cargas. Aplica-se a isenção a caminhões novos com capacidade de carga igual ou superior a quatorze toneladas.

Por fim, o Projeto de Lei nº 1.770, de 2003, concede isenção do IPI na aquisição de caminhões para uso em transporte de cargas, por profissionais autônomos, vítimas de furto ou roubo, excluídos os proprietários possuidores de cobertura de seguro, devendo o benefício ser reconhecido pela Secretaria da Receita Federal.

~~-bem como seus apensos, estabelecem a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI para os automóveis de fabricação nacional quando adquiridos por oficiais de justiça para utilização profissional. O PL apenso de nº 6.324/2002 amplia os beneficiários da isenção para alcançar também os fiscais federais nas áreas fazendária, previdenciária agropecuária e trabalhista, e fiscais estaduais e municipais na esfera fiscal.~~

O Projeto de Lei, juntamente com os seus apensos, foi encaminhado à Comissão de Finanças e Tributação, não tendo sido apostas emendas no prazo regimental

7

É o relatório.

II - VOTO



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

—Cabe a esta Comissão, além do exame de mérito, inicialmente apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, ~~X~~, “h” e 53, II) e de Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, que “*estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira*”, aprovada pela CFT em 29 de maio de 1996.”

O Projeto de Lei nº 2003, de 2003, estabelece no § 2º, do Art. 5º que a União e as agências de fomento oferecerão condições para exploração das áreas de Reserva Legal que incluem a isenção de juros; a flexibilização dos prazos ~~para execução de~~ pagamento; e a prestação de apoio técnico permanente. Ocorre que a isenção de juros é um benefício de natureza financeira, para cuja concessão a Lei de Diretrizes Orçamentárias em vigor (Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004), determina no parágrafo único, do Art. 94, que “*Aplica-se à lei ou medida provisória que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira ou patrimonial as mesmas exigências referidas no caput, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente*”. Por sua vez, o caput do citado Artigo exige que “o projeto de lei ou medida provisória que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza ~~tributária~~ ~~tributária~~ só será aprovado ou editado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000”, que diz:

“—Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza ~~tributária~~ da qual ~~resulte~~ ~~decorra~~ renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-finan~~ceiro~~ no exercício em que deva iniciar sua vigênci~~a~~ e nos dois seguintes, atender ao dispo~~sto~~ na lei de diretrizes orçamentárias e a ~~pele~~o menos uma das seguintes condições:

I- demonstração pelo proponente de que a renúncia ~~de~~ foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e ~~de~~ que não afetará as metas de resultados



fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

~~III~~ estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio de aumento de receitas, proveniente ~~da~~ elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, ~~majoração~~ ou criação de tributo ou contribuição."

Como se vê, o projeto em análise não atende as exigências da legislação pertinente.

Por outro lado, "a prestação de apoio técnico permanente" (Art. 5º, § 2º, letra c), implica, necessariamente, em aumento de gastos por parte da União, sem a necessária previsão nos Orçamentos.

~~— A Lei de Diretrizes Orçamentárias ~~de~~ para 2003~~2~~ (Lei ~~10.266, de 24 de julho de 2001~~ 10.524, de 25 de julho de 2002) em seu artigo ~~63~~ 84, bem assim, a LDO para 2004 (Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003), em seu art. 90, condicionam ~~a~~ A~~ aprovação de lei que trate de renúncia tributária ao cumprimento do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

~~"Art. 63. O projeto de lei ou medida provisória que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado ~~a~~ ou editado ~~ao~~ se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar no 101, de 2000."~~

~~§ 1º Aplicam-se à lei ou medida provisória que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no caput, podendo a compensação, alternativamente, dar-se~~



~~mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.~~

~~§ 2º O Poder Executivo oferecerá, quando solicitado por deliberação do Plenário de órgão colegiado do Poder Legislativo, no prazo máximo de noventa dias, a estimativa de renúncia de receita ou subsídios técnicos para realizá-la."~~

~~—— A Lei de Responsabilidade Fiscal, por seu turno, em seu art. 14 da (Lei Complementar nº 101, de 04.05.00), determina que:~~

~~"Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:~~

~~I — demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;~~

~~II — estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.~~

~~§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que~~



correspondam a tratamento diferenciado.

~~§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.~~

~~Da análise de todas as proposições em tela, resta caracterizada a concessão de da proposição em tela, bem assim, dos projetos de lei apensos, vemos que fica configurada a concessão de benefício tributário que gera gerador de renúncia de receita do IPI. Contudo, as proposições não estão acompanhadas dos requisitos específicos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal anteriormente referidos; sem contudo ter sido estimada estimativa da renúncia de receita para o exercício corrente e os dois subseqüentes; apresentação das medidas de compensação, ou comprovação de que a renúncia acha-se computada na estimativa das receitas orçamentárias; e demonstração de que não serão afetadas as metas de resultado primário estabelecidas no anexo específico da Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem assim satisfeitos os demais requisitos exigidos pelo art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, fundamental para que o projeto possa ser considerado adequado e compatível orçamentária e financeiramente. Assim, entendemos que os projetos de lei sob enfoque não podem ser considerados adequados e compatíveis, não obstante os nobres propósitos que nortearam a sua elaboração.~~

~~Dessa forma, fica também prejudicado o exame quanto ao mérito, na Comissão de Finanças e Tributação, em acordo com consoante o disposto no art. 10 da Norma Interna — CFT.~~

—Por todo o exposto, voto pela **inadequação e incompatibilidade** orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 2003, de 19992003, ficando prejudicado o exame de mérito, aconforme o ~~disposto~~disposto no art. 10 da Norma Interna desta

Formatado

Formatado



Comissão, bem como ~~dos PL apensas~~ das proposições apensas: ~~PL de nº 51, de 1999;~~
~~PL nº 760, de 1999;~~ ~~PL nº 1.422, de 1999;~~ e PL nº 7.095, de 2002.

~~; PL nº 782, de 2003; PL nº 1.700, de 2003 e PL nº 1.770, de 2003.~~

____ Sala da Comissão, em _____ de _____ de 200253.

Deputadao ~~YEDA CRUSIUS~~ ~~ARMANDO MONTEIRO NETO~~ ~~JOÃO MAGALHÃES~~

Relator